

PRIMÓRDIOS DA COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Grupo de Pesquisa em História da Comunicação da Fabico/UFRGS

Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues, Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo, Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves (orgs.)

CORRESPONDENCIA

Sr. Redactor
Blancston, em seus Commentarios sobre as Leis da Inglaterra defing a liberdade da Imprensa se o não haver restricção de qualquer escripto, e não o ser exempto de castigo hum autor quando publica qualquer materia criminosa. Todo o homem livre, diz aquelle autor, tem o indubitavel direito de expor os sentimentos que elle quizer ao Publico; prohibir-lhe isto, he destruir a liberdade da Imprensa; porem se alguem publicar o que for improprio, maligno, ou illegal, he preciso que tom; as consequencias da sua temeridade. Si geitar a Imprensa ao poder restrictivo de outros, he agerlar toda a liberdade de sentimtos; às preocupações de hum só homem, fazendo d'elle o Juiz arbitrario, e infallivel de todos os pontos de controversia em Sciencia, Religião, e Governo. Porem, castigar como fazem as Leis de Inglaterra quaesquer publicações perigosas, ou offensivas, de

Organização

Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues,
Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria
Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo
e Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves

Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul

Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2021

Editora Insular

Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul

Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues, Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo e Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves (org.)

CONSELHO EDITORIAL

Dilvo Ristoff, Eduardo Meditsch, Jali Meirinho, Jéferson Silveira Dantas, Nilson Cesar Fraga, Pablo Ornelas Rosa e Sergio Ferreira Mota

EDITOR

Nelson Rolim de Moura

REVISÃO

Carlos Neto

PROJETO GRÁFICO

Eduardo Cazon

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

S915p Strelow, Aline (org.) et al.

Primórdios da Comunicação Midiática no Rio grande do Sul / Organizadores: Aline Strelow, Ana Gruszynski, André Iribure Rodrigues, Andréa Brächer, Cida Golin, Karla Maria Müller, Maria Berenice da Costa Machado, Mariângela Machado Toaldo e Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves. – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2021. 328 p.; fotografias; E-Book: 16 Mb; PDF.

ISBN 978-85-524-0176-6

1. História da Comunicação. 2. Meios de Comunicação. 3. Processos Comunicacionais. 4. Rio Grande do Sul. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

21-30246105

CDD 302.23:918.165

CDU 316.774(816.5)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Mídias / Meios de comunicação; Rio Grande do Sul.
2. Mídia (Rio Grande do Sul).

STRELOW, Aline (org.) et al. **Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021. EBook (PDF; 16 Mb). ISBN 978-85-524-0176-6.

EDITORA INSULAR

(48) 3232-9591

editora@insular.com.br

facebook.com/EditoraInsular

twitter.com/EditoraInsular

www.insular.com.br

INSULAR LIVROS

(48) 3334-2729

Florianópolis/SC – CEP 88025-210

Rua Antonio Carlos Ferreira, 537

Bairro Agrônômica

insularlivros@gmail.com

CAPÍTULO 4

Entidades de classe: a criação do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Karla M. Müller (UFRGS)

Camila C. Barths (Hospital de Clínicas de Porto Alegre)

Diego P. da Maia (UFRGS)

Júlia P. Herzog (UFRGS)

Conhecer a história – a criação e a consolidação – de uma atividade profissional da área da Comunicação é do interesse de toda uma comunidade tendo em vista a importância que ocupa, cada vez mais, a gestão dos processos comunicacionais e a influência que a mídia tem sobre uma coletividade. Neste aspecto, insere-se às Relações Públicas.

Para compreender os caminhos trilhados pelos profissionais que deram base para a estruturação da profissão, por meio da criação de entidades de classe, optamos por apresentar o surgimento do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas que abrange os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A quarta entidade da área a ser criada no início dos anos 70, em Porto Alegre, por isso denominado de CONRERP – RS/SC 4ª Região, está vinculada ao Conselho Federal da categoria.

Para a realização deste trabalho investigativo, de caráter científico, optamos em adotar como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica, base teórica que sustenta a discussão

(Stumpf, 2009). Recorrendo a autores que tratam do tema, abrimos caminho para melhor interpretar as informações obtidas, ampliando a reflexão sobre o assunto tratado, nosso objeto e os sujeitos consultados.

Dando prosseguimento ao estudo, recorremos a documentos que dão conta de dados que, no caso, demonstram como foram os registros sobre a criação do CONRERP gaúcho e catarinense, como legislação e apontamentos que possibilitam acompanhar o andamento dos processos empregados para a consolidação do Conselho como instituição, órgão regulador e fiscalizador da atividade profissional de Relações Públicas no país e, em especial, no nosso estado. Neste sentido, realizamos a análise documental que, segundo Moreira (2009), é realizada por meio da identificação, verificação e apreciação de documentos, procedimentos este que irão contribuir com a melhor interpretação dos dados coletados.

Por fim, o grupo de pesquisadores se dedicou a conversar com uma das personalidades mais importantes, responsável pela criação do CONRERP/ RS-SC, Jerônimo Braga, primeiro presidente do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas 4ª Região. A partir de questionamentos básicos, realizamos entrevista semiaberta, cujo roteiro foi composto de poucas questões semiestruturadas, mas que deram amplitude para que fosse possível uma discussão em profundidade com o entrevistado (Duarte, 2009).

Organizamos as informações obtidas na entrevista, e complementadas posteriormente, em três itens: a) dados pessoais, que esclarecem quem é Jerônimo Braga; b) descrição do contexto da época, início dos anos 70; c) informações

sobre a implantação do Conselho e atividades desenvolvidas pela primeira gestão. Os fatos não estão necessariamente nesta ordem, pois há entrelaçamentos relativos à pessoa de Braga, os acontecimentos do período e as atividades que se sucederam para a criação da entidade.

Passamos então para os resultados obtidos com a investida de pesquisa, no intuito de contribuir com os atuais e novos profissionais de Relações Públicas e acadêmicos da área, que a partir do conhecimento do que aqui está exposto, possam compreender melhor a construção da atividade em si e a importância que os “desbravadores” tiveram para a constituição da profissão nos dois estados do extremo sul do Brasil e em nosso país, que hoje é uma referência no que tange à formação e à pesquisa no Campo.

A regulamentação das Relações Públicas

O Brasil esteve sobre o comando de governos militares de 1964 até o início dos anos 80. Neste período, houve a abertura para a entrada de empresas multinacionais e o aporte de investimentos consideráveis no ramo da comunicação, especialmente da publicidade e propaganda e também das relações públicas, abrindo espaço para a atuação destes profissionais. A presença de militares no governo é vista, por um lado, como positiva para a abertura de espaço para a atuação de relações públicas no mercado de trabalho, devido ao estímulo do governo com a criação de órgão ligados à comunicação; por outro, como negativa, pois passou a vincular a profissão a um governo autoritário (Fernandes, 2011).

O Regulamento da profissão de Relações Públicas no Brasil está baseado na Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de

1967, cujo Decreto é assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas G. Passarinho, em 26 de setembro de 1968.

A profissão de relações públicas foi oficializada no país em 1967, tornando-se atividade privativa dos bacharéis de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas. Trata-se do fato mais marcante da década, comemorado na época por seu pioneirismo, tendo o Brasil sido o primeiro país do mundo a tomar tal iniciativa. (Kunsch, 2008, p. 120).

Naqueles anos ainda não havia bacharéis em Relações Públicas no país. Neste sentido, verifica-se que foi necessário criar uma estrutura acadêmica em nível universitário, como destaca a autora, para atender as necessidades do setor. Isto ocorre a partir de 1969, com a reforma curricular que implementa a formação do Curso de Comunicação Social com suas habilitações, entre elas, Relações Públicas.

No ano de 1967 a Universidade de São Paulo cria na Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP) o primeiro curso em nível superior de Relações Públicas, com a duração prevista para quatro anos:

Não resta dúvidas de que, paralelamente à regulamentação, a criação do curso universitário de Relações Públicas no Brasil, em 1967, favoreceu o desenvolvimento da área que, aos poucos, ajudou a diminuir o espaço existente entre a teoria que se ensina na academia e a prática profissional. (Ferrari, 2009, p. 180).

Neste período é criado o Conselho Federal e, na sequência os Conselhos Regionais de Relações Públicas, como

é o caso do CONRERP 4ª Região. O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas foi criado em 1972 (conrerp4.org.br). A entidade constituiu-se como uma autarquia federal e integra, juntamente com mais seis Conselhos Regionais e o Conselho Federal desses profissionais, o Sistema CONFERP (conferp.org.br), criado por meio do Decreto-Lei 860, de 11 de setembro de 1969.

A instalação efetiva do Conselho Federal se dá a partir da publicação do Decreto 68.582, de 04 de maio de 1971. A partir daí, os Conselhos Regionais passam a se constituir, como é o caso do CONRERP 4ª Região, sediado em Porto Alegre, responsável pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Dentre as profissões ligadas ao Campo da Comunicação, com formação em nível superior, Relações Públicas é a única que possui um Conselho Profissional, o que garante a regulamentação e a fiscalização da atividade destes comunicadores no mercado de trabalho:

O Conrerp4 prima pelo merecido respeito à categoria e, por meio de informações, quer garantir condições justas de exercício da profissão e proteger o mercado da atuação ilegal de profissionais desqualificados.

Para tanto, zela pelos direitos das relações públicas, fiscaliza o cumprimento de seus deveres e busca ampliar o valor da profissão perante o mercado, garantindo ao profissional o respaldo necessário para planejar e gerenciar os relacionamentos das organizações com os stakeholders, estabelecendo uma comunicação verdadeiramente estratégica (conrerp4.org.br).

No site da entidade encontramos sua Missão, que destaca a busca pelo reconhecimento, respeito e valorização

dos profissionais de Relações Públicas e destaca o papel do Conselho na coordenação, fiscalização e na função de disciplinar o exercício desta profissão.

A constituição destas entidades e o desenvolvimento de ações voltadas para atender os profissionais da época, exigiu dedicação e empenho de toda uma equipe de pessoas que já atuavam na área (Fig. 1), embora ainda não existisse a formação desta profissão em nível superior no Brasil.

Figura 1: Registro dos profissionais em ata de reunião do ano de 1982.

Nº	Nome	Data de nascimento	Local de nascimento
01	Procurador Carlos Santos Braga	2.12.22	Curitiba - Paraná
02	Roberto José Pinto Simões	2.12.22	Curitiba - Paraná
03	Ermano de Amorim Duarte	2.12.22	Curitiba - Paraná
04	José Pedro Lopes de Souza	20.12.1928	Curitiba - Paraná
05	José Theofilo Bezerra de Lima	05.05.1933	Curitiba - Paraná
06	Wilson Duarte Müller	2.12.22	Curitiba - Paraná
07	Raul Francisco Caputo	2.12.22	Curitiba - Paraná
08	Paulo José Cavalli de Foz de Iguaçu		Curitiba - Paraná
09	Henri Schmitt		Curitiba - Paraná
10	Caetano de Aguiar		Curitiba - Paraná
11	Cláudio Vicente Guimarães		Curitiba - Paraná
12	Luís Spaldino de Souza	2.12.22	Curitiba - Paraná
13	Leandro de Souza		Curitiba - Paraná
14	Poliana Schmitt Neitzel		Curitiba - Paraná
15	Cláudio Wagner Lima	11.02.22	Curitiba - Paraná
16	Wilson Duarte Müller	2.12.22	Curitiba - Paraná
17	Roberto José Pinto Simões		Curitiba - Paraná
18	Diogo José de Souza	2.12.22	Curitiba - Paraná
19	Cláudio Wagner Lima		Curitiba - Paraná
20	Paulo José Cavalli de Foz de Iguaçu		Curitiba - Paraná
21	Ermano de Amorim Duarte	2.12.22	Curitiba - Paraná
22	Roberto José Pinto Simões		Curitiba - Paraná

Fonte: CONRERP 4ª Região.

Para entender melhor o que passou, ouvimos atentamente o primeiro presidente do CONRERP – RS/SC, Jerônimo Carlos Santos Braga (Fig. 2), Coronel reformado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Relações Públicas, Professor e Mestre em Comunicação, em entrevista concedida aos pesquisadores em 20 de março de 2019, na sede do CONRERP – RS/SC, em Porto Alegre.

Desafios para a criação do CONRERP – RS/SC e atuação profissional

A regulamentação das Relações Públicas

O relato de alguém que ama sua profissão é de grande inspiração aos que almejam uma carreira. Se depender da fala de Jerônimo Carlos Santos Braga, com o “Número 1” do Conselho de Relações Públicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, esta atividade terá uma gama de jovens interessados em pertencerem à categoria. No depoimento de Braga, compreende-se como sua paixão pela profissão o levou a tornar-se professor da área, em instituições como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e a Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (FEEVALE)¹. Além disso, ele abriu as portas para que organizações passassem a conhecer e valorizar o trabalho de um Relações Públicas. Devido ao seu empenho, dedicação, e por acreditar na profissão, Jerônimo trilhou uma brilhante carreira profissional o que lhe garantiu reconhecimento em nível local, regional e nacional.

Jerônimo Braga teve uma forte influência em casa para ser tão apaixonado pela Comunicação: seu pai, que apesar de ter sido contador, trabalhou com jornalismo nos Diários Associados e no Grupo RBS, onde foi radialista da Rádio Farroupilha. Jerônimo, ainda garoto, saía do colégio e ia à

1. Na época em que foi criada, final dos anos 60, a FEEVALE era uma federação, pois agrupava diversos cursos, mas foi se ampliando e no final dos anos 90 tornou-se uma Universidade.

rádio ver o pai trabalhar, aprendendo como se desenvolvia a comunicação dentro daquele importante veículo.

Figura 2: Jerônimo Braga, primeiro presidente do CONRERP – RS/SC.



Fonte: Diego da Maia

Em 1958, iniciou o curso de Formação de Oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que foi concluído em 1962. Durante o curso, dentro da Sociedade Acadêmica, trabalhava na área de divulgação. Como aluno, Jerônimo foi presidente da Sociedade Acadêmica e demandou constante esforços para divulgar as atividades da Escola, na época com quase 300 alunos em formação de oficiais. Foi redator e preparava o programa da Polícia Militar na Rádio Princesa, desde a época do preparatório, além disso, os cadetes tinham no Diário de Notícias, uma coluna dominical, com grande destaque, chamada “Cadetes de Milícia²”, no início da década de 1960, onde Jerônimo atuava também na redação.

-
2. Jerônimo explica porque a expressão milícia naquele tempo não era estereotipada: “significava polícia militar – milícia, que era a origem das milícias portuguesas, quando Dom João VI veio para o Brasil, em 1808; era uma função honrosa, hoje a palavra é estereotipada em função das condições sociais, mas naquele tempo não era”, destaca o entrevistado.

Por consequência, lá pelo ano de 1964, prestes a ser transferido para Santa Maria, para o 1º Regimento de Polícia Montada, foi chamado para assumir a Divisão de Relações Públicas da Brigada Militar, denominação criada em 1961, pelo Gabinete do Comando Geral.

Segundo ele, disseram que “se tem alguém que entende do assunto e que gosta, pelo menos, é o Jerônimo”. Assim, ele foi para lá como tenente e começou a aprender mais sobre a área e desenvolver o setor. Consequentemente, foi convidado a fazer parte da Associação Brasileira de Relações Públicas: “ali conheci a Martha Geralda D’Azevedo, conheci uma série de profissionais que já atuavam no campo; aprendi com eles. Naquele tempo, surgiram alguns cursos sobre Relações Públicas, do SESI e no SENAI”.

Foi por aquele período, no governo do General Artur da Costa e Silva, que, segundo Jerônimo, os profissionais de São Paulo eram muito atuantes e tiveram a iniciativa de criar Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), entidade que logo se estendeu para o Rio de Janeiro e outros estados como o Rio Grande do Sul: “aquele pessoal de São Paulo conseguiu que a profissão fosse regulamentada por meio de Decreto do Governo Federal”, o que é confirmado por diversos estudiosos da área como Kunsch (2008), Fernandes (2011) entre outros.

Braga destaca que:

Regulamentada a profissão, a primeira coisa que aconteceu foi determinar o registro dos profissionais nas Delegacias do Trabalho. Imediatamente São Paulo tomou a iniciativa de novo. Junto com o apoio do pessoal de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram ao Ministério do Trabalho e criaram a autarquia

Conselho Federal de Relações Públicas; dividiram o Brasil para a criação de Regiões. Então foram criadas inicialmente, o Conselho Federal, a 1ª, a 2ª e a 3ª Região – São Paulo, Rio e Minas. Nós, da Associação Brasileira de Relações Públicas, da qual eu era associado, nos alertamos – estavam comigo Salvador Abeche, e outros companheiros – , e decidimos: “Vamos criar”. O Salvador era Relações Públicas da Companhia Estadual de Energia Elétrica, e tinha facilidade de fazer contatos e conhecimento; fomos atrás e propusemos logo a criação do Conselho Regional de Relações Públicas (Braga, 2019).

Uma das dificuldades que surgiu logo após a regulamentação da profissão foi como resolver o caso dos profissionais que atuavam na área já há algum tempo, porém não possuíam formação em nível superior. De acordo com Freitas, os “provisionados”, como foram denominados aqueles profissionais que não eram bacharéis em Relações Públicas, mas exerciam a profissão e tinham a formação em algum curso superior – conforme exigência da lei, tiveram o direito ao Registro:

Segundo ela,

Eles auxiliaram de modo significativo os professores e alunos a descobrirem a grandiosidade da atividade e sua razão de ser. Estrategistas por excelência, foram eles que, durante a vigência do regime militar (1964-1985), nos apontaram sutilmente os princípios democráticos da atividade, destacando a importância de se ouvir o público, do processo de mão dupla das relações públicas e da pesquisa (Freitas, 2009, p. 48).

Braga lembra que naquele momento algumas pessoas estavam se dirigindo às Delegacias do Trabalho e se registrando como profissional, porque a lei permitia; segundo ele, não havia exigência de comprovação de atuação efetiva, era só solicitar

o registro e recebia a denominação e, conseqüentemente, a permissão para atuar. Por conta disso, “muitos jornalistas se registraram logo em seguida, porque conheciam, porque trabalhavam no meio, como foi o caso de Ênio Rockemback e outros, e se registraram na Delegacia do Trabalho”.

Ele recorda que cerca de dezenove pessoas se registraram como Relações Públicas na Delegacia do Trabalho em Porto Alegre, cerca de 90% era de jornalistas. Como Conselho, eles deram registro a provisionados que atendessem aos pré-requisitos básicos, o que ocorreu por um tempo, porque o Decreto dava o prazo de alguns anos para a efetivação do registro profissional para quem exercesse a profissão e tivesse um título universitário.

Nos primeiros anos a implantação do Conselho e de todo o processo não foi tarefa fácil, ocorrendo embates entre os provisionados e os primeiros formados nos cursos de Relações Públicas: “Nós fazíamos muito trabalho para dizer que ‘Olha, vocês [os novos formados na área] hoje têm uma profissão regulamentada porque os provisionados conseguiram isso’, não se formou alguém primeiro. Até porque se não conseguisse naquela época criar o Conselho, não se conseguiria até hoje”.

Foi para dar garantias a quem era notadamente profissional da área, muitos deles já pertencentes à ABRP/RS, que um grupo de profissionais gaúchos, entre eles Jerônimo Braga, se reuniu para a criação do CONRERP 4ª Região.

Abrindo caminhos para os profissionais da área

Em 1972, foi criado o Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas 4ª Região – RS/SC. A primeira

sede estava situação na Rua Alberto Bins, junto com a sede da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP). Um grupo que já atuava como Relações Públicas, e que recebeu o reconhecimento como profissional da área, tornando-se Relações Públicas provisionado.

Eles se reuniram e fizeram uma Comissão Organizadora do Conselho que propôs ao Conselho Federal a criação da 4ª Região. O Conselho Federal apoiou e encaminhou a proposição, acrescentando alguns dados, ao Ministério do Trabalho que acolheu o pedido. Aquela Comissão foi designada como primeira Diretoria.

Para entender como funcionava uma autarquia, eles se debruçaram sobre a documentação:

Era uma novidade extraordinária, o mundo das autarquias: regras, legislações, controle financeiro, todo um sistema que tinha que ser implantado; naquele tempo tudo era em papel, inclusive os documentos; tivemos que fazer muitos cursos e viajar a São Paulo para aprender o que era isso afinal de contas. A gente sabia que era para registrar o profissional, ninguém mais podia se registrar como RP na Delegacia, porque foi sustado no Ministério do Trabalho, e a Delegacia aqui de Porto Alegre passou para nós o livro de quem já tinha se registrado. Esse livro deve estar aqui, tinha uma pasta histórica (Braga, 2019).

Segundo Jerônimo, pouco após a sua criação, o Conselho mudou-se para a atual sede, que fica na Av. Borges de Medeiros, 915, no terceiro andar, no centro de Porto Alegre. Logo depois a ABRP também se mudou para o mesmo prédio. Desde aquela época, a relação dos profissionais de RP era boa com os jornalistas, por isso, a partir de um convite de

Alberto André, presidente da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) naqueles tempos, houve então o deslocamento da sede do Conselho para o prédio da ARI, no qual ocupa até os dias de hoje parte do quarto andar.

Aí aconteceu que no meu último ano como presidente do Conselho, eu fui indicado para fazer o curso de Comunicação – categoria A do Exército Brasileiro, no Centro de Estudos de Pessoal, no Rio de Janeiro, no forte Duque de Caxias; e lá fui, na metade daquele ano, passei então a presidência para o Abeche que terminou o nosso período (Braga, 2019)

Ao retornar do Rio, Jerônimo resolveu cursar Relações Públicas na FEEVALE, a primeira instituição a oferecer o curso aqui no estado, coordenado pelo professor Roberto Porto Simões, que também tinha vínculo com a Brigada Militar. Assim como o curso de Comunicação, cursado no Rio de Janeiro, o curso de Relações Públicas também seguia o modelo estrutural. Em ambos ele estudou muito matemática para poder aprofundar os conhecimentos em estatística e depois estabelecer processos comunicacionais mais ligados a um sistema exato.

Na sequência, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) cria a Faculdade dos Meios de Comunicação (FAMECOS) cujo diretor era o jornalista Alberto André, na época, como já destacamos, presidente da ARI. Foi então que André convidou Braga para concluir seu curso de Relações Públicas na PUC, pois ele morava em Porto Alegre, o que lhe facilitaria frequentar as aulas. Jerônimo solicitou sua transferência e em meados dos anos 70 concluiu sua formação.

Uma questão pitoresca relatada por Jerônimo é que, como ele já era profissional provisionado e possuía a formação em nível superior no Curso de Formação de Oficiais, por convite de Antoninho Gonzales, diretor da FAMECOS, após Alberto André, passou a ministrar classes para os alunos dos primeiros anos, ao mesmo tempo em que era formando, cursando o último ano de Relações Públicas.

Para complementar seus conhecimentos, após formado em Relações Públicas, Jerônimo cursou várias Especializações na própria PUC, tendo em vista que naquela época ainda não havia pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

Concluindo esta etapa, ele foi convidado para fazer a Escola Superior de Guerra. Deslocou-se para o Rio novamente, morando lá por cerca de um ano. O curso exigia dedicação total, com atividades manhã e tarde, o tempo todo; muito trabalho, muita pesquisa, e muito planejamento estratégico, conhecimento das escolas de planejamento estratégico, no mínimo as dez mais importantes e da Escola Superior de Guerra do Brasil, que tem um método próprio de planejamento estratégico. Conforme os procedimentos do curso, os alunos eram divididos em grupos. Braga foi designado a coordenar um dos grupos, responsável por fazer o Plano de Governo voltado para a Comunicação Social:

Por causa das formações anteriores, eu me dediquei a pesquisar e a analisar os métodos estruturais nos quais se aprofundavam o estudo e o conhecimento dos trabalhos de opinião pública. (Braga, 2019)

Terminado o curso no Rio, ele retorna a Porto Alegre e segue como professor da PUC, onde fez mestrado, chegou a iniciar o doutorado, mas não concluiu o curso. Neste período, Jerônimo era Diretor da FAMECOS, cargo que ocupou por nove anos.

Ainda na PUC, ele foi convidado pelo reitor a ocupar o cargo de Diretor da Editora e do Parque Gráfico daquela universidade:

Por todos os lugares que passei, eu me dediquei, apliquei os métodos, os conhecimentos; Relações Públicas era a base fundamental de tudo. Então em termos de formação, eu fiz esses cursos possíveis, cheguei ao título de mestre. (Braga, 2019)

Entre os desafios da profissão, Jerônimo lembra sobre o papel da mulher na área de Relações Públicas:

A mulher RP naquela época tinha que ser bonita, aparentar sensualidade e sexualidade, em exposições de automóveis e outras exposições eram contratadas mulheres RPs, aquelas moças bonitas, altas, esbeltas, esguias, que, enfim, vestiam determinadas roupas – vestido de baile, vestido de gala – para fazer RP. Os anúncios diziam: ‘Contratamos cinco RPs para nossa festa hoje’. Uma visão que as mulheres profissionais realmente se sentiam desconfortáveis porque nos nossos eventos que a gente ia conversar com pessoas, o pessoal estranhava muito por exemplo “Como a Martha D’Azevedo de RP? Não pode”. Diziam que a Martha não tinha nada para ser RP, porque mulher não precisa pensar, só tinha que rebolar, aí era uma boa RP... (Braga, 2019)

Segundo ele, nada mais era do que o pensamento da sociedade da época. Enfatiza que, “não somos uma ilha,

repetimos o que a sociedade faz, nós somos o que a sociedade é, e era mais ou menos esse o padrão”. Mas destaca que não havia demérito no sentido de desmerecer a profissional, não chegava nesse nível.

Jerônimo recorda que, naquele tempo, buscava-se exemplos de mulheres, como Vera Giangrande, de São Paulo, entre outras, profissionais de alto valor para trazer a Porto Alegre e dar palestras e conferências na Federação das Indústrias, onde havia uma intelectualidade que tinha que reconhecer também que era uma intelectualidade do profissional de Relações Públicas, tanto homem como mulher. Assim era estimulado para “não contratar dois menininhos bonitinhos engravatadinhos como profissional de Relações Públicas, sem se interessar pelo conteúdo”. A contratação deveria se dar para apoiar aqueles que estavam na faculdade, e o Conselho ajudou nisso, pois o problema do estágio era muito grande, porque se queria o estagiário para esse tipo de coisa, e não para pensar a comunicação.

Se por um lado foi mais fácil criar a instituição, pois o Grupo recebeu apoio do Ministério do Trabalho e do Conselho Federal para organizar a entidade; por outro, o que mais exigiu dedicação foi a realização de um trabalho social:

O trabalho legal mesmo que nós fizemos foi o trabalho social, de convencimento das relações com os profissionais, com o meio ambiente, com a sociedade; compreender o que é a profissão, compreender o profissional, vencer barreiras e preconceitos. Esse foi o grande trabalho, que aqui e ali foi facilitado dentro de algumas empresas, crescendo dentro das organizações governamentais, porque era o modelo governamental; as pessoas seguiam aquele padrão governamental, queriam se dar

bem com o governo, seguiam aquela regra sem maiores problemas, mas a aceitação social mesmo, essa sim, essa deu trabalho, de pessoas querendo se aproveitar: ‘Eu sou amigo do fulano, ele vai me dar emprego, vou me registrar aí e vai me dar um emprego’. Aí foi sempre trabalho do Conselho: ‘Você não tem know-how de RP, a lei manda ter, você tem que ter um profissional de RP’. (Braga, 2019)

Segundo ele, isto também acontecia nas instituições militares, como na própria Brigada, que tinha a Seção de Assuntos Cíveis, Divisão de Relações Públicas. Neste aspecto, houve ação do CONRERP esclarecendo que era necessário um profissional de Relações Públicas para atuar como tal. Não precisava ser o chefe do setor, o chefe poderia ser um militar. No caso da Brigada, ela se beneficiou porque Jerônimo já estava formado, já era Bacharel, já era provisionado, assim ele pode continuar na corporação, o que lhe manteve mais tempo ocupando aquelas atribuições. Depois, abriu espaço para estagiários; mais tarde os próprios oficiais começaram a fazer cursos, ficando habilitados para exercer a profissão dentro da Brigada.

Para Braga, o maior trabalho e o legado real desse primeiro grupo foi confirmar à sociedade gaúcha que havia uma profissão nova e uma profissão de qualidade, e que por causa da criação do Conselho foi barrada a entrada de aventureiros, e se passou a valorizar a profissão: “a criação do valor profissional foi o melhor que nós fizemos porque se conseguiu, a partir daí, cortar preconceitos e elevar a imagem institucional e a própria reputação institucional”.

Ainda hoje, na casa dos 80 anos de idade, Jerônimo contribui com a Comunicação na Brigada Militar: a Brigada,

por exemplo, hoje tem um setor de Planejamento Estratégico, e dentro dele tem o que chamam de Sênior; esse setor Sênior chama as pessoas que estão na Reserva ou Reformados para ajudar a trabalhar determinadas estratégias e eu trabalho no Setor na parte de Comunicação Social:

Continuo lá, trabalho junto com o processo de criação das relações, da imagem, da estratégia... Hoje está muito em discussão a questão da identidade e a questão da imagem e muito principalmente a capacidade de criar reputação para sobrevivência futura; se não tivermos capacidade para isto teremos problema porque a política está cada vez mais dinâmica e mais forte. (Braga, 2019)

Em meio a sua atuação profissional nas instituições militares, acadêmicas e de classe, Jerônimo constituiu família, que sempre esteve presente em meio a tantos compromissos. Jerônimo é pai de Simone e Jeferson. Relata que teve um período engraçadíssimo quando os filhos deviam ter 6, 7, 8 anos de idade:

meu filho com 6 anos de idade começou o primário e fui tirar curso no Rio, naquele tempo não tinha telefone fácil, um dia recebia uma cartinha dele, com letra de primário, “Meu paizinho querido ainda me lembro da tua cara”, eu disse “Opa, tá na hora de voltar, que daqui a pouco qualquer cara é a cara”. (Braga, 2019)

Houve uma época que saía de manhã cedo para dar aula na Famecos e na Feevale, saindo às 7h de casa, e deixava os filhos dormindo. Só retornava 1h da manhã, podendo ficar com eles apenas sábado e domingo:

aí os três estavam acordados sábado e domingo e fazíamos, evidentemente, que era o terror da minha esposa porque eram três crianças dentro de casa, não havia cama que ficasse arrumada, era correria, brincadeira, mas vivia assim, meus filhos sempre compreenderam isso e onde eu podia levar, levava. (Braga, 2019)

A atuação de Jerônimo também influenciou as escolhas dos filhos; conta com orgulho que sua filha, quando era adolescente, dizia que queria entrar para a Brigada Militar. Ele a aconselhou que estudasse e tentasse entrar. Ela fez todo o processo e hoje é tenente-coronel. O filho fez Direito, e se dedicou a estudar línguas, hoje fala quatro línguas fluentemente. Também se formou em Relações Internacionais nos Estados Unidos, mestrado e doutorado em Cambridge, foi convidado para imigrar para o Canadá, e vive lá atualmente. O relato dele sobre os filhos e a esposa, no ambiente familiar, demonstra que este convívio também foi responsável pelo sucesso profissional.

Considerações

Diante dos relatos do profissional e da pesquisa documental e bibliográfica, foi possível compreender e valorizar as ações dos profissionais de comunicação e de outras áreas, mas que desenvolviam a atividade à época, para a criação do CONRERP a nível regional. Este movimento possibilitou que a profissão de Relações Públicas, mesmo passando por momentos de fragilidade em consequência das mudanças de governo e regimes políticos, ganhasse força ao longo dos anos. Hoje, a profissão encontra respaldo neste conselho, que vem aprimorando sua atuação e é a única profissão

da Comunicação a ter um conselho profissional no estado e no país.

A entrevista com Jerônimo trouxe luz aos fatos registrados pela entidade, e evidenciou seu envolvimento com a profissão nos diferentes âmbitos onde circulou em sua vida profissional. Para os profissionais que iniciam suas atividades atualmente, cabe a valorização dos pioneiros que deram os primeiros passos, e não desistiram em meio às adversidades para que o conselho continuasse a funcionar e não perdesse sua importância.

Acreditamos que registrar a história da profissão e dos profissionais, também é papel dos comunicadores para manter vivo o que nos trouxe até aqui, e muitas vezes fica guardado apenas na memória das pessoas que viveram estes momentos. Com esta produção, esperamos ter contribuído para perpetuar as lembranças do início da criação deste conselho profissional.

Referências

- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.
- FERNANDES, Backer Ribeiro. História das relações públicas: surgimento e consolidação na América Latina. In: FARIAS, Luiz Alberto (org.). *Relações Públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos*. São Paulo: Summus, 2011.
- FERRARI, Maria Aparecida. A prática das relações públicas no cenário latino-americano. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria A.; FRANÇA, Fábio. *Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos*. São Caetano: Difusão Editorial, 2009.

- FREITAS, Sidnéia Gomes. As entidades de classe de relações públicas no Brasil: caminhos e descaminhos. In: KUNSCH, Margaria M. K. (org.). *Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- KUNSCH, Margaria M. K. Relações Públicas. In: MELO, José Marques de (org.). *O Campo da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOREIRA, Sônia V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.
- Site da *Câmara dos Deputados* – <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63283-26-setembro-1968-404540-publicacaooriginal-1-pe.html> (acessado em 23 de outubro de 2019).
- Site do *Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas* – <http://conferp.org.br/> (acessado em 23 de outubro de 2019).
- Site do *Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas – 4ª Região* – <http://www.conrerp4.org.br/home/> (acessado em 23 de outubro de 2019).
- STUMPE, Ida R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.